



## PARTE D

### TRIBUNAL DE CONTAS

#### Direcção-Geral

##### Aviso (extracto) n.º 3828/2011

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum de recrutamento para a ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira/categoria de técnico superior, aberto pelo Aviso n.º 21362/2009, publicado no *Diário da República* n.º 229, 2.ª série, de 25 de Novembro de 2009, homologada por meu Despacho de 12 de Novembro de 2011, (exarado no uso de competência delegada nos termos do Despacho n.º 1789/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 14, de 5 de Janeiro).

##### Lista de ordenação final

N.º	Nomes	OF
1.º	José Lapa Esteves Ferreira da Cunha . . . . .	16,220
2.º	Cristina Maria Pires Fernandes Costa . . . . .	16,083
3.º	Fernando João Teiga da Silva Barros . . . . .	12,753
4.º	Iria de Jesus Ribeiro Nave Guerra . . . . .	10,945

26 de Janeiro de 2011. — A Subdirectora-Geral, *Márcia Vala*.  
204284385

##### Aviso (extracto) n.º 3829/2011

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum de recrutamento para a ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira/categoria de assistente operacional, aberto pelo Aviso n.º 13625/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 131, 2.ª série, de 8 de Julho de 2010, homologada por meu Despacho de 24 de Janeiro de 2011, (exarado no uso de competência delegada nos termos do Despacho n.º 1789/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 14, de 5 de Janeiro).

##### Lista de ordenação final

N.º	Nomes	OF
1	Álvaro Alexandre Santos Mendes . . . . .	14,314
2	Agostinho Henrique Ferreira da Fonseca . . . . .	13,075
3	Filipe Alexandre Silva Neves da Rosa Lopes . . . . .	13,056

26 de Janeiro de 2011. — A Subdirectora-Geral, *Márcia Vala*.  
204284214

### TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DO PORTO

##### Anúncio n.º 1523/2011

Deolinda Caeiro Freitas Pinto, Juíza de Direito, faz saber que, nos autos de Acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos, registados sob o n.º 2882/10.9BEPRT, que se encontram pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, Unidade Orgânica 2, em que é Autor, Raul Vítor Soares de Sousa e Réu, Ministério da Justiça, são os contra interessados os constantes da Lista de Classificação Final do Estágio, correspondente ao 39.º Curso de Formação de Inspectores Estagiários da Polícia Judiciária, publicitada por Aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 28 de Maio de 2010, citados, para no prazo de 15 dias, se constituírem como contra-interessados no processo acima indicado, cujo objecto do

pedido consiste na anulação do acto de homologação da lista de classificação final do Estágio correspondente ao 39.º curso de Formação de Inspectores Estagiários, homologada pelo Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária publicado no *Diário da República* de 28-05-2010 e do despacho da Directora da Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da Polícia Judiciária de 01-06-2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 11-06-2010, no qual se posiciona o Autor na categoria de Inspector de Escalão 1, desde 17-04-2010, e ainda do despacho do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, de 7-06-2010, no qual se determina a colocação do Autor na Directoria de Lisboa e Vale do Tejo, e, cumulativamente, ser a Autoridade demandada condenada à adopção dos actos e operações necessárias para reconstruir a situação que existiria se os actos anulados não tivessem sido praticados ou praticados com a ilegalidade arguida, e dar cumprimento aos deveres que ela não tenha cumprido com fundamento no acto impugnado, mais especificamente, proceder à nomeação do Autor na categoria de Inspector de Escalão 1, com efeitos desde 31 de Outubro de 2003, nomear o Autor na categoria de Inspector de Escalão 2, com efeitos desde 1 de Março de 2009, proceder à sua colocação na Directoria do Norte, e proceder à liquidação e pagamento das remunerações que deixou de auferir conforme peticionado, acrescido dos respectivos juros de mora à taxa legal em vigor.

Uma vez expirado o referido prazo de 15 dias, os contra-interessados que como tal se tenham constituído no processo, consideram-se citados, para, no prazo de 30 dias, contestar, querendo, a acção administrativa especial acima referenciada, conforme tudo melhor consta da petição inicial e respectivos documentos, cujo duplicado se encontra à disposição na secretaria deste Tribunal, com a advertência de que a falta de contestação ou a falta nela de impugnação especificada não importa a confissão dos factos articulados pelo autor, mas o Tribunal aprecia livremente essa conduta, para efeitos probatórios.

Ficam advertidos de que é obrigatória a constituição de mandatário judicial.

Passei o presente que vai ser enviado para publicação no *Diário da República*, na página electrónica da INCM ([www.incm.pt](http://www.incm.pt)), em “menu, Diário da República — Actos para Publicação, no mesmo local onde foi publicada a lista de classificação final do estágio correspondente ao 39.º Curso de Formação de Inspectores Estagiários.

16 de Dezembro de 2010. — A Juíza de Direito, *Deolinda Caeiro Freitas Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Gustavo Soares de Azevedo*.  
204284911

##### Anúncio n.º 1524/2011

Dr.ª Deolinda Caeiro Freitas Pinto, Juiz de Direito, faz saber, que nos autos de Acção Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos, registados sob o n.º 1809/10.2BEPRT, que se encontram pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto -Unidade Orgânica 2, em que são autoras Neusa Sofia Ferreira Coelho; Carla Margarida Vieira Antunes; Maria do Carmo Albuquerque Nunes de Gouveia Durão; Susana Vilar Afonso e réu o Instituto de Solidariedade e Segurança Social, I. P.; são os contra-interessados: Ana Filipa Cracel Fernandes; Andreia Delimbeuf Tadeu; Elisabete dos Santos Coelho; Itianete Marinela Armas Carmelino; Joana Cristina Correia de Melo Cerdeira; Maria João Duarte da Fonseca Viegas; Marisa Alexandra Sousa Oliveira da Fonseca; Nuno Miguel Trincão Craveiro; Regina Goreti Ribeiro Batista; Sandra Maria Ramalho Nunes; Vera Luísa Coelho dos Reis; Alexandra Brito da Luz Clara; Alexandra Patrícia Lopes Pacheco Guedes; Ana Catarina de Oliveira Ruivo; Ana Cristina Rodrigues Moreira; Ana Luísa da Silva Pereira; Ana Rita Roldão Milheiro; Ana Rita Torres Laranjeira; Ana Sofia Videira Jerónimo; Anabela Cecília Basto de Moura; Andreia Sofia Pinto Lopes; Catarina Isabel dos Santos Garcias; Cátia Helena da Fonseca Monteiro; Clara Maria Oliveira Diamantino; Cristina da Conceição Perdiz Mendes; Cristina Palma Leal Ferreira Crespo; Daniela Cristina Sá Costa do Carmo; Dora Cristina Duarte Lameirão Alvarez; Dulce Liliana Martins Couto; Elisabete Maria Mendes Prata; Fátima Cláudia Pimentel Pereira; Helena Alexandra Pena Marques; Ilda Maria de Jesus Martins Martinez; Inês Maria Samina Ferro; Inês Moura Fernandes da Silva Gonçalves; Isabel Margarida Marques Nogueira; Jorge Alexandre da Costa Ramalheira Pereira; Lara Margarida Peixoto dos Santos; Lisett Gomes da Silva; Luísa Marta Soeiro da Silva Dias; Manuel Salvador Monteiro do Espírito Santo; Maria Antónia Ornelas Carneiro Syder Fontinha Barreto das Neves; Maria Isabel dos Santos Ferreira; Maria José Montenegro Ferrão Carneiro; Maria Sofia